

Uma irmandade em redefinição: Tensões entre tradição e coletivização num grupo camponês

Alessandra Schmitt

*Mestre em Antropologia Social – USP
Doutoranda em Antropologia Social – USP*

Resumo: Este artigo apresenta reflexões a respeito da elaboração e execução do projeto de produção coletiva de erva-mate da Comunidade Cafuza, assentada há sete anos no município de José Boiteux, em Santa Catarina. O foco desta análise são os conflitos e tensões surgidos nesta coletivização do trabalho. O referencial teórico utilizado para a interpretação foi o da tensão entre tipos sociais ideais, o comunitário e o societário. Demonstro a existência de uma tensão entre a tradição Cafuza, que é camponesa, e os novos princípios organizacionais. Destaco ainda aspectos específicos da organização coletiva do trabalho naquele grupo, tais como as assembléias, a venda de erva-mate e o relacionamento com os assessores da Comunidade, através dos quais foi possível observar melhor como se expressam e como são vividos os conflitos entre valores e formas organizacionais distintas.

Unitermos: Campesinato, produção coletiva, assessoria, racismo.

A Comunidade Cafuza¹, mais especificamente a sua organização para o trabalho, foi tema da minha dissertação de mestrado. Logo após o seu assentamento em uma terra própria, em 1992, foi iniciado o trabalho coletivo para reflorestamento da área com erva-mate (*Ilex paraguayensis*)² e não muito tempo depois surgiram alguns conflitos relativos àquela iniciativa.

Vários assessores³ haviam sido mobilizados pela Comunidade Cafuza para apoiá-los na luta pela terra e, naquele momento, continuavam ligados a ela. Eram pessoas ligadas à universidade, membros da CPT (Comissão Pastoral da Terra), do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e do INCRA (Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária). A observação dos relacionamentos no interior da Comunidade e desta com os assessores, mostrou a existência e o confronto de projetos de vida distintos, pelo menos no que se refere à organização econômica. Um fato que inicialmente chamou minha atenção foram alguns relatos de representantes destas entidades de apoio e de membros da própria Comunidade que exprimiram a dificuldade em conseguir a adesão de todos os Cafuzos às propostas de trabalho coletivo.

Para analisar este campo conflitivo foi preciso compreender, através da história do grupo, suas características camponesas e algumas especificidades, tais como crenças messiânico-milenaristas, uma identidade étnica marcada pela discriminação racial e pela participação na Guerra do Contestado. Para adequar o texto a esta publi-

cação restrinjo-me aos seguintes tópicos: a distinção entre terra coletiva e trabalho coletivo, a tensão existente entre a forma tradicional de organização do trabalho e a forma coletiva que está sendo adotada, a dinâmica das assembleias comunitárias, as conflitantes noções de trabalho coletivo que existem entre os Cafuzos e alguns desdobramentos da coletivização.

TERRA COLETIVA E TRABALHO COLETIVO

A propriedade coletiva da terra, com sua titulação em nome da Associação Comunitária Cafuza, foi afirmada como característica do assentamento já em seu requerimento como forma de garantir a manutenção da integridade da área e a permanência de todas as famílias, uma vez que elas estão impedidas de vender qualquer parte da terra. Esta forma sofreu pouquíssimas resistências no interior do grupo, posto que deu continuidade à sua tradição, que é a da não demarcação legal de lotes individuais e a existência de uma área de mata de uso comum, além da prática de negociações internas que permitem uma flexibilidade na ocupação do espaço pelas roças familiares e pelas casas. Ademais, a terra coletiva conferiu à Comunidade Cafuza um aspecto diferencial em relação aos assentamentos normalmente realizados pelo Estado, chamando para eles maior atenção, o que provavelmente facilitou o seu processo.

No entanto, para eles, a propriedade coletiva da terra não está vinculada à organização coletiva do trabalho. O que a maioria tinha em mente ao afirmar a proposta do trabalho coletivo eram os mutirões, chamados por eles de *pixuruns*, nos quais a unidade econômica sempre havia sido a família nuclear e, em alguns momentos, a família extensa, que administrava com autonomia a própria força de trabalho. Foi na interação com os assessores que se formou outra concepção de trabalho coletivo, na qual o centro administrativo não é a família, mas o conjunto de todos os adultos, sendo normalmente o homem o porta-voz do casal, que elege seus líderes e tem as assembleias comunitárias como momentos e instrumentos de negociação. Sendo os assessores pessoas ligadas a movimentos sociais, eles propuseram uma forma de organização nos moldes democráticos e burocráticos, o que foi aceito pelos Cafuzos. Nesta concepção de coletivo, o tempo, o ritmo e o tipo de trabalho, bem como a venda da produção e a administração dos recursos comunitários deveriam, em tese, ser discutidos e decididos em assembleias.

TENSÃO ENTRE VALORES COMUNITÁRIOS E SOCIETÁRIOS E O PAPEL DOS LÍDERES

Partindo das reflexões teóricas de Ferdinand Tönnies foi possível construir uma análise dos conflitos como uma tensão entre dois tipos de organização: a comuni-

tária, marcada pela “tradição e afetividade pessoal”, e a societária, marcada pelas “relações funcionais impessoais e o propósito especial declarado” (SCHMITZ, 1995).

Partindo da premissa de que não há formas puras de organização social, para Tönnies, a única possibilidade de uma noção do todo social, de percepção de uma síntese das contradições, seria a noção de humanidade, que “não pode ser concretamente discernível, pelo que só é tangível pelo ‘conhecimento intuitivo e todo mental [...] que pode, entretanto, ser facilitado e concretizado pela representação de tipos [...]’ ” (MIRANDA, 1995:71). Assim, considerando que as contradições entre valores societários e comunitários são permanentes⁴, somente aplicando-se tipos (por definição estáticos) é possível identificar na história da Comunidade Cafuza dois momentos: no primeiro, predominaram valores comunitários e se consolidou a liderança do “velho”; no segundo, o marco foi a iniciativa de trabalho coletivo, que culminou com a realização do empréstimo junto ao PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária), do governo federal, para financiar o projeto da erva-mate.

A nova proposta de organização social forçou os limites da organização comunitária, introduzindo mudanças no papel dos líderes e dos liderados. O primeiro dos líderes Cafuzos, cuja referência é anterior à história do assentamento⁵, o “velho Machado”, correspondeu ao perfil do líder patriarcal⁶, cujo comportamento é a própria encarnação dos valores tradicionais. Seu sucessor foi indicado pelo chefe do posto indígena⁷ numa época em que já havia sido constituído um segundo tronco familiar e, por estas duas razões, não era um líder com a mesma legitimidade do primeiro. Apesar das diferenças, estes dois líderes recebiam direta e pessoalmente as eventuais reivindicações e reclamações dos membros do grupo, que diziam respeito muito mais à resolução de conflitos entre eles. Nesta época não havia recursos disponíveis além daqueles que cada família obtivesse, e a forma de organizar o trabalho era predeterminada, seja pelos costumes, seja pelo chefe do posto indígena.

O processo do assentamento, com a organização coletiva do trabalho, vem impondo o exercício de um novo tipo de liderança aos caciques, uma vez que responsabilidades totalmente novas entraram em cena, tais como administração de dinheiro e patrimônio coletivos, interferência nas decisões sobre a forma de trabalho de cada família, administração do pagamento de uma dívida junto ao governo federal e o controle da utilização da reserva vegetal, por tratar-se de área de preservação de Mata Atlântica. No novo modelo de organização política talvez o maior dos desafios colocados aos caciques⁸ foi o de fazer cumprir as deliberações das assembleias comunitárias. A própria realização de assembleias era uma atividade nova. Além das mudanças na forma de liderar, a organização do trabalho coletivo exigia ainda, de todos os Cafuzos, esta capacidade de resolver questões conflitivas em assembleias, o que, muitas vezes, implicava em romper a cordialidade esperada entre parentes e compadres.

Porém, após sete anos na terra própria, enfrentaram vários problemas para liderar pois, na prática, ambos os modelos de liderança se confundiam, o que configurava, a meu ver, uma crise da liderança.

Assim, para trabalhar com os tipos de Tönnies, identifico a situação anterior

à coletivização do trabalho na Comunidade Cafuza como predominantemente *Gemeinschaft* (comunitária), noção que Kenneth Schmitz assim sintetizou:

"O protótipo da *Gemeinschaft* é a família, da qual surgiram formas comunais de associação que se estenderam, como a aldeia e a vizinhança, a fazenda familiar, o tipo antigo de paróquia e a guilda mais ou menos hereditária. A unidade de tais grupos existe anteriormente a seus membros atuais, que recebem a forma comunal e seus valores pela tradição como um modo de vida já dado" (1995:177-178).

Em contrapartida, a organização coletiva formalizada pelo estatuto da Associação Comunitária Cafuza e pelo contrato firmado junto a um órgão do Estado, o Banco do Brasil, aproxima-se do tipo *Gesellschaft* (societário):

"O protótipo da *Gesellschaft*, então, é a coleção atômica, e sua forma básica é contratual. (...) Se a marca da *Gemeinschaft* é a tradição e a afetividade pessoal, a marca da *Gesellschaft* é o contrato explícito ou implícito, as relações funcionais impessoais e o propósito especial declarado" (idem).

É exatamente no âmbito do trabalho coletivo da Comunidade Cafuza que essas "relações funcionais" começam a se impor. À medida que compartilham a responsabilidade pelo pagamento de um empréstimo financeiro, as famílias passam a interferir e a se interessar pelo ritmo de trabalho umas das outras, avançando os limites dos relacionamentos característicos da forma *Gemeinschaft*. Nesta, a forma de trabalho é dada pela tradição, todos simplesmente trabalham sem precisar elaborar grandes acordos a este respeito. Até mesmo a distribuição das terras comunais entre as famílias para fazer a lavoura é resolvida sem maiores problemas e, ao final, os limites são desfeitos sem a necessidade de contratos para regular estas relações. Neste tipo ideal comunitário prevalece o consenso, dado pela tradição (apud MIRANDA, 1995:248).

Na situação atual dos Cafuzos o *contrato explícito* é a dívida junto ao banco. Este contrato, todavia, é apenas um aspecto de um *contrato implícito* maior que é o "projeto coletivo da erva" que está sendo construído por - e entre - aquelas famílias e equívale ao *propósito especial declarado* que está levando a uma mudança nas relações sociais tradicionais.

A comunicação entre os Cafuzos se constitui em um ponto importante para compreender a construção, ou melhor, as dificuldades para a construção deste novo pacto que regule o trabalho coletivo.

"Pactos e contratos constituem acordos fabricados, decididos, troca de promessas. Portanto, supõem a linguagem que deve expressar conceitos claros, tendo em vista uma aceitação recíproca de futuras ações a serem propostas. (...) Mas o consenso é, conforme a sua natureza, mudo, porque seu conteúdo é inexprimível, infinito e incompreensível" (SCHMITZ, 1995:245).

Da mesma forma que está criada uma tensão na comunicação no interior do grupo – pela defasagem entre o que precisa ser discutido e o que efetivamente os Cafuzos conseguem expressar, pela linguagem, nas assembléias – ocorre também uma tensão na relação da Comunidade com os caciques. Ao mesmo tempo que exigem dos caciques maior severidade com aqueles que não se conformam às regras de trabalho coletivo, a autoridade para exercer este constrangimento (antes desnecessário) está limitada pelas exigências das imbricadas e hierarquizadas relações de parentesco, dentre elas: respeito, neutralidade, tolerância e cordialidade, muitas vezes incompatíveis com a função de cacique.

Schmitz (1995:188) fala das mudanças sociais que se processam de forma maciça no mundo, “constantes e rápidas” e que têm capacidade de atingir “o próprio coração das formas sociais envolvidas”. Alerta que o perigo não é a substituição de umas formas pelas outras, mas que, neste processo, a nova forma social, ou instituição, não tenha tempo suficiente para “adquirir a legitimidade de que necessitam para estruturar e motivar a vida comum”.

A ameaça expressa acima é real também se pensarmos na Comunidade Cafuza, principalmente se considerarmos que o principal atrativo para o trabalho coletivo, seus resultados financeiros, ainda não podem ser usufruídos, haja vista a prioridade em saldar a dívida do PROCERA.

TENSÃO ENTRE TRADIÇÃO E TRABALHO COLETIVO

Na Comunidade Cafuza o trabalho vinha sendo tradicionalmente organizado em torno da família. Pode-se dizer que compartilham do “*habitus* da campesinidade”, que tem as noções de honra e hierarquia como princípios organizatórios (WOORTMANN, 1990). Este conceito de campesinidade evidencia também a importância do trabalho “liberto” – que se opõe ao trabalho cativo, no qual se está sujeito a alguém – como um processo produtivo controlado pelo pai, o que lhe confere a honra e lhe posiciona na hierarquia (1990:44). A honra, personificada no pai de família, é garantida pela possibilidade de estabelecer e manter relações de reciprocidade com outros chefes de família. A hierarquia se estabelece na posição de comando do pai sobre esposa, filhos, noras e genros no processo produtivo. O inverso, segundo K. Woortmann, também é verdadeiro: “A ordem social, que é guiada pelo princípio da reciprocidade, é guiada, também, pelos princípios da honra e da hierarquia” (idem:60).

Constato que estes princípios camponeses não se harmonizam com a proposta de organização coletiva e que os conflitos expressam a conexão entre sua organização econômica e sua organização político-social. Há também que se observar que a diminuição das possibilidades de trabalhar “liberto” diminui também as possibilidades das trocas de trabalho e de produtos, que são formas de expressão das relações de reciprocidade, as quais, por sua vez, sustentam a honra da família. Isto me ajuda a

pensar que a resistência à coletivização do trabalho na área Cafuzo pode ser explicada também pela imposição de um controle centralizado sobre o último reduto no qual as famílias Cafuzas poderiam continuar libérrimas, ou “governarem-se”, como eles dizem, uma vez que a necessidade de obter dinheiro faz com que trabalhem grande parte do tempo como assalariados junto a agricultores da região.

Ademais, o trabalho coletivo está apresentando uma alteração no padrão de educação dos filhos para o trabalho na roça. Nos tempos pregressos de sua história, quando não havia grande restrição à ocupação do solo, as famílias mantinham um equilíbrio entre a atividade possível e a desejável na administração de suas roças, o que garantia o ensino e o encaminhamento dos filhos ao trabalho. A atividade relacionada à erva-mate depende da mobilização de um grupo maior, portanto não é coordenado pelos pais de cada família mas sim pelos líderes comunitários.

ASSEMBLÉIAS COMUNITÁRIAS

As assembleias comunitárias, fundamentais para a condução do projeto coletivo, são espaços por onde os Cafuzos transitam muito mal. Existem relações de parentesco e compadrio que seriam certamente abaladas no caso de um confronto de idéias em uma assembleia. Além disso, a possibilidade de ser agredido verbal ou fisicamente por alguém é um fator inibidor da manifestação em público. O seguinte depoimento expressa a tomada de certa precaução para não se tornar alvo de críticas: “Meu jeito é esperar que todo mundo fale, por último eu gosto de dar a minha idéia”.

Retomando as considerações sobre a comunicação, ou das novas habilidades expressivas que se fazem necessárias para a organização coletiva, a dificuldade que os Cafuzos apresentaram para falar a respeito de questões pouco familiares, tal como a organização coletiva, evidenciam que, assim como esta idéia, a linguagem para expressá-la também vem do exterior. A presença de pessoas de fora da Comunidade e mesmo a experiência diferenciada dos líderes, têm um efeito inibidor porque evidenciam um diferencial na capacidade de verbalização. O discurso mais elaborado, que demonstra que o interlocutor estudou mais do que eles, é, para os Cafuzos, um referencial de autoridade frequentemente citado. Além disso, já ouvi algumas vezes, em reuniões, afirmações do tipo: “a gente não tem as palavras certas pra falar” ou “desculpa que eu não sei falar muito bem, mas agora eu vou falar”.

Penso que este contraste seja significativo para compreendermos os silêncios nas assembleias, que parecem ser concordâncias, mas expressam, a meu ver, inibições. Estas inibições são também fruto da subordinação do grupo Cafuzo à sociedade branca, a qual parece que se perpetua nestes encontros à medida que as pessoas não Cafuzas envolvidas parecem não perceber que, ao ignorar o real significado do silêncio, não conseguem romper com o círculo vicioso do planejamento centralizado, feito por poucos, os supostamente mais capacitados, quando todos são responsáveis pela

execução do planejado. Na prática, esta dificuldade é resolvida, pela maioria das pessoas, à moda antiga: elas se dirigem às casas dos caciques, no momento que acharem mais conveniente, para dar opiniões, esclarecer dúvidas ou fazer pedidos de cunho pessoal.

O impasse deste confronto é sustentado por uma faceta importante das relações Cafuzas que é o “agravo”. No contexto por mim observado esta idéia apareceu referida às assembleias da Comunidade, nas quais planejam o trabalho. O “agravar” está intimamente ligado às representações a respeito da liderança e da autoridade, ou seja, ao tipo de relacionamento que se espera que as pessoas tenham com os seus superiores na hierarquia, que são, neste caso, os líderes comunitários, os pais, sogros e padrinhos, mas também os assessores, uma vez que estes, de alguma forma, se inserem na hierarquia social pois são membros da sociedade abrangente à qual os Cafuzos sempre estiveram subordinados. O agravar, ou ofender, significa questionar as opiniões e comportamentos de outros em assuntos do tipo: quantidade e ritmo de trabalho, ingestão de álcool, despesas, ou seja, interferir numa esfera que era antes privada e que agora, por causa do trabalho coletivo, passa a ser pública. Também é considerada ofensa grave a manifestação de desconfianças e denúncias.

Além disso, os Cafuzos se sentem muito “agravados” quando expõem opiniões e sugestões que não são levadas em consideração pela assembleia. Percebi que, com exceção de poucos que têm maior desenvoltura para se expressar, tem sido um grande desafio superar a insegurança e se expor. Daí decorre que, quando o fazem e não recebem a atenção esperada, sentem-se humilhados e desestimulados para repetir a iniciativa. O atual cacique, Sebastião da Penha, contou-me que, tendo percebido isto, vem tentando acolher melhor todas as sugestões e a partir delas dialogar: “Mesmo que a gente vê que tá errado a gente diz: você está certo, mas veja bem que também ... E tenta mostrar o certo para a pessoa.”

A gravidade das conseqüências do agravo - que podem ser discussões acirradas, chegando até a agressões físicas entre ofendido e ofensor, levando a rompimentos e abalos de relações pessoais, temporária ou permanentemente - leva-me a refletir sobre o que Elisa Reis chamou de “recursos organizacionais necessários” para realizar empreendimentos coletivos (1995:42).

A meu ver, estes recursos organizacionais são conhecimentos técnicos e administrativos necessários, mas são também os valores morais que regulam a comunicação no interior de um grupo e dele com o seu exterior. Se, por um lado, esta organização coletiva demanda que os Cafuzos democratizem o direito de expressão, isto, por outro, abala(ria) a hierarquia da estrutura social que regula vários aspectos da vida em comum. Em decorrência desta tensão, este importante recurso organizacional, que identifico como valores democráticos, demora para ser construído.

Num ambiente em que a comunicação das discordâncias tende a ser muito penosa, traumática, de alto custo, tal como quando ocorre o rompimento de reciprocidades de base pessoal (REIS, 1995:42), elas as comunicam da seguinte forma: silenciando e não agindo. A comunicação direta, aberta e pública pode ter conseqüências

indesejáveis, caso em que pagariam um preço muito elevado para contribuir com o sucesso do empreendimento coletivo.

O atual cacique afirmou que, no início do assentamento, quando faziam as assembléias, “ninguém se manifestava, concordavam com tudo, tinham medo de ofender alguém”. Eu perguntei se quando alguém fica ofendido deixa de falar com a outra pessoa. Ele respondeu que “não deixa de falar, mas fica aquela coisa por dentro, perde a confiança no outro”.

Poker (1994), cujo objetivo de pesquisa foi semelhante ao meu, embora em outro assentamento, relata comportamentos que também verifiquei: a participação por meio de fala nas assembléias restringe-se quase sempre a uma parte dos pais de família, o silêncio e a aparente concordância nas assembléias, seguidas de boicote ao trabalho, assim como uma forma de condução das assembléias, o que não favorece à busca do consenso.

Considerando a existência de um sistema estabelecido de regras e moral que regula o comportamento na Comunidade Cafuzo, no qual cada pai de família se relaciona com os outros em pé de igualdade, a organização do trabalho coletivo, com a dinâmica das assembléias, está oferecendo a estas pessoas, a meu ver, uma opção menos atraente, pois, à medida que exige habilidades expressivas que a maioria dos Cafuzos não desenvolveu, se torna centralizador e diminui sua possibilidade decisória e sua eficácia.

O COLETIVO EM PRÁTICA

Mesmo tendo havido avanços na organização do projeto coletivo, a vida e o trabalho entre eles continuam seguindo predominantemente as regras da reciprocidade baseadas no parentesco e no compadrio. Estas relações (as quais não cabe detalhar aqui) são indispensáveis, pois complementam as deficiências produtivas de cada grupo doméstico. Assim, pôr em risco estas relações implica pôr em risco as suas condições de produção da vida. Mesmo sendo possível perceber esta motivação prática para manterem estas relações, percebo que estas decisões não são tomadas pelos Cafuzos a partir deste raciocínio calculista sobre suas condições materiais de vida, mas sim a partir de sentimentos de afeição, de afinidade e de fidelidade.

Ao perceberem que nem todos os Cafuzos compareciam espontaneamente ao trabalho coletivo relativo à erva-mate, iniciou-se um controle através da contagem das horas trabalhadas por pessoa, havendo um anotador para cada grupo que, no início, congregava pessoas pertencentes aos dois troncos familiares existentes na Comunidade. A contagem de horas deu lugar à contagem de períodos (manhãs e tardes), como uma forma de tornar este controle sobre o trabalho menos incisivo e menos constrangedor. Depois houve um período no qual o conflito entre os grupos se acirrou, então eles deixaram de realizar os trabalhos coletivamente e cada família passou a manter capinada a erva existente em seu lote⁹. Eles contabilizavam estas horas trabalhadas e

as passavam ao anotador de seu grupo, ou nem as contabilizavam. Assim, quando realizaram a primeira venda de erva houve muita controvérsia a respeito da justiça na contabilização das horas efetivamente trabalhadas por cada família para efeito de cálculo da divisão dos rendimentos. Depois desta primeira venda, cada tronco familiar vinha organizando-se periodicamente para o trabalho coletivo e os períodos trabalhados continuaram sendo anotados. Mais recentemente, voltaram a organizar grupos compostos por membros de ambos os troncos familiares.

As diferenças do rendimento do trabalho de cada tronco familiar, quando o trabalho é realizado separadamente, é outro motivo de discordâncias. O critério para a distribuição dos rendimentos é a computação da quantidade de horas trabalhadas por cada pessoa, o que descarta a correlação entre intensidade do trabalho e os resultados auferidos. Na última poda de erva, em meados de 1998, um dos grupos, que corresponde a um tronco familiar, impediu que se continuasse a cortar os pés localizados nos seus lotes quando percebeu que a quantidade podada havia se igualado ao total obtido pelo outro grupo¹⁰. A exatidão deste controle é especialmente importante quando se trata da reunião do trabalho dos dois troncos familiares existentes, ao passo que no interior do mesmo tronco ele gera muito menos atritos, pois aí o trabalho é contabilizado no fluxo de prestação de ajudas, serviços e favores prescritos nas relações de parentesco.

DIFERENTES PERSPECTIVAS A RESPEITO DO TRABALHO COLETIVO

A) O COLETIVO NA PERSPECTIVA DOS CAFUZOS

No mundo camponês, informa Margarida Maria Moura, as soluções, ora comunitaristas, ora familiares, não se chocam, pelo contrário, compõem o conjunto das relações sociais que são referências no universo camponês, transitando em uma “via de mão dupla”. As soluções comunitaristas, nas quais a referência primeira de organização continua sendo a família, apenas ocorrendo a intensificação da relação entre elas, são características de momentos de “crises agudas do modo de vida” (1991).

Coerentemente com o modo de vida camponês tradicional, o trabalho coletivo a ser realizado após o assentamento, na perspectiva da maioria dos Cafuzos, correspondia aos mutirões. Sem terem tido nenhuma experiência semelhante anterior, os Cafuzos não previram as implicações do empréstimo e da administração conjunta destes recursos financeiros. A sua experiência prévia de trabalho coletivo, os *pixuruns* (é como denominam os mutirões), inspirava-lhes confiança, pois dispunham de todos os recursos culturais necessários para regulamentá-los. É interessante lembrar que no contexto dos mutirões, estes afrouxamentos do ritmo igualmente criavam desavenças, porém estas podiam ser resolvidas através da qualidade da retribuição do serviço na próxima oportunidade. Além disso, a solução era facilitada por envolver apenas dois

núcleos familiares.

Mesmo com as diferenças entre os dois troncos familiares e entre cada núcleo familiar, o trabalho conjunto ocorria sem grandes conflitos, pois o controle era mediado pelo ritual e pela festa. Além das brincadeiras que tinham a função de animar e acelerar o trabalho, havia, salvo situação de muita dificuldade da família anfitriã, um baile que “varava a noite”, do qual participavam todos que haviam estado no *pixurum*. A cachaça e o alimento fornecidos pelos anfitriões garantiam a animação. Percebe-se que havia um controle da troca de trabalho disfarçado de brincadeira. Os procedimentos eram prescritos pela tradição. Atualmente, existe um contrato formal, mais especificamente o cumprimento das metas relativas ao empréstimo do PROCERA, que substitui as relações de reciprocidade.

B) O COLETIVO NA PERSPECTIVA DOS ASSESSORES

Acredito que possamos falar em um mal-entendido entre assessores e Cafuzos a respeito do que seja o trabalho coletivo. Um mal-entendido que teve o poder de alterar o significado de coletivo e mesmo o curso da história do grupo. Como disse Sahlins, um “mal-entendido criativo” (1990). Não é possível saber em qual momento esta denominação de coletivo começou a ser utilizada pelos Cafuzos, é provável que isto tenha acontecido em 1985, na ocasião do contato com o MIRAD.

D’Incao (1991) verificou que o termo “produção coletiva” é fruto da influência da Igreja e da militância política de esquerda sobre a idéia de “produção associada” elaborada no seio da burocracia estatal. Este modelo de produção associada objetivava promover condições de competitividade dos assentamentos no mercado agrícola, à medida que incorporassem tecnologia agrícola e crédito de forma associativa. A autora tem como foco de análise o Estado de São Paulo; contudo, é possível verificar esta mesma construção do termo e da idéia de produção coletiva no âmbito federal e de outros Estados.

A organização e a união que eles apresentaram no momento de crise e de reivindicação por terra vinham ao encontro do ideário organizacional compartilhado por vários assessores da Comunidade Cafuza e, por esta razão, foi interpretada como sendo preponderantes na forma de organização do grupo. Como os Cafuzos concordavam que o modo de trabalho que desejavam realizar era o coletivo, embora tivessem em mente, de modo geral, as práticas de mutirão, foi reforçada a sua imagem de comunidade com vocação para organizar-se coletivamente e assim foi pensado o projeto de assentamento pelo INCRA.

Entre os assessores, as justificativas para a coletivização são a racionalidade econômica e a utopia socialista. A primeira aparece como sendo a mais importante no discurso de todos. Os assessores expressam a preocupação com a viabilidade econômica do assentamento, numa perspectiva de tirar os Cafuzos do assalariamento e construir a possibilidade de se sustentarem a partir apenas da sua própria produção. Para isso, além do projeto da erva-mate, propuseram a construção de aviário, pocilga e la-

goas de peixe coletivos. A Comunidade não rejeitou estas propostas, mas quer deixá-las para o futuro, “fazer uma coisa de cada vez”, pois afirmam que organizar o trabalho coletivo na erva-mate já está sendo muito difícil. Diante dos contratempos vividos, os assessores estão hoje também, à sua maneira, tentando compreender melhor as motivações para o comportamento das pessoas na Comunidade Cafuza. Atualmente, verifico que eles fazem outra avaliação a respeito do coletivismo que se imaginou ser intrínseco ao modo de vida Cafuzo. Reconhecem que foi uma avaliação equivocada e fala-se na necessidade de uma educação, uma formação para a organização coletiva. A este respeito o cacique Sebastião da Penha afirma: “Nosso pessoal não tá ainda bem treinado no coletivo”.

É importante salientar que se os assessores, de modo geral, acreditaram nesta possibilidade e, atualmente, apesar dos problemas que relatei, vêm mantendo a expectativa de organização coletiva, é porque a maioria dos Cafuzos têm, em cada assembleia, expressado concordância em relação aos planejamentos e aos acordos que visam a consolidação do projeto coletivo – expressão enfática no caso de alguns e mais tímida e às vezes silenciosa no caso da maioria das pessoas.

A segunda motivação, a utopia socialista, que é refletida de formas distintas na atuação de cada assessor é, de modo geral, muito menos enfatizada. Esta utopia é compartilhada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e por setores da Igreja Católica e Luterana que trabalham com movimentos sociais e assentamentos rurais. Para eles, a noção de coletivo implica em superar o “isolamento das famílias” e o “egoísmo”, que seriam características que impedem a organização popular no sentido de propor e implementar novas práticas sociais visando a conquista de mudanças políticas, justiça social e melhoria das condições de vida. Nesta perspectiva, grande destaque é dado às associações e cooperativas para a produção e comercialização da produção, encaradas como mecanismos que permitem que todos estejam incluídos no processo de desenvolvimento do país. Do ponto de vista religioso, significa a concretização do Reino de Deus na terra.

Fica clara a expectativa dos assessores de legitimar os assentamentos perante a sociedade por meio da demonstração do seu sucesso econômico, ou seja, da sua capacidade de gerar renda. Em cada assentamento também se deposita a expectativa que venha a servir de exemplo para outros assentamentos e para motivar a população, de modo geral, para a luta pela terra. A declaração que ouvi de um membro da CPT logo após a ocupação da terra explicita isto: “Esse assentamento vai ser modelo para outros assentamentos”.

EMBATE ENTRE AMBAS AS PERSPECTIVAS

Algumas definições da campesinidade deram-me elementos para pensar em que medida a expectativa de organização coletiva contrariou a tradição Cafuza, que é

camponesa. A dificuldade que os líderes Cafuzos tiveram para organizar os grupos de trabalho na erva, quando já não era mais possível remunerá-los, sugere uma interpretação que identifica o trabalho coletivo com o “não-liberto”, cujos laços preponderantes são os meramente econômicos. “A roça comunitária tende a autonomizar a esfera do econômico, reunindo os produtores numa unidade de produção por laços puramente econômicos, desvinculando-se esta unidade da unidade de consumo” (SÁ, 1984). As pessoas tendem a relacionar-se com o trabalho coletivo como se estivessem vendendo sua mão-de-obra, pois não reconhecem aí as relações orientadas e estabelecidas pelo parentesco, compadrio e vizinhança, as quais compõem a sua noção tradicional de coletivo.

Apesar da organização coletiva não condizer plenamente com a expectativa inicial da maioria a respeito da vida na terra própria, eles não explicitam a diferença de desejos. Esta diferença é apenas sugerida pelos Cafuzos em afirmações como esta: “Eu já disse pra (assessor): vocês não conhecem a Comunidade Cafuza, eu que sou daqui de dentro, eu sei como é o nosso sistema”. Claro que este tipo de afirmação é mais freqüente nos momentos em que os problemas da organização coletiva afloram e é atenuada nos momentos de elaboração dos pedidos de financiamento para o projeto coletivo. Além deste tipo de afirmações se constituir em uma manipulação do discurso, por parte dos Cafuzos, para justificar comportamentos que contrariam a idéia da organização coletiva, este comportamento expressa também, a meu ver, uma percepção da incomunicabilidade da diferença aos que não são de dentro, a qual atribuo à desqualificação dos valores culturais tradicionais dos Cafuzos promovida pela situação de contato interétnico com a sociedade envolvente. Ou seja, há desejos, valores, opções, tendências e projetos de vida dos Cafuzos que se tornam inconfessáveis diante da valorização do seu oposto pela sociedade como um todo, inclusive pelos assessores. Penso também que esta incomunicabilidade esteja relacionada à contradição existente entre seu desejo de consumo e seu desejo de alteração dos padrões de trabalho.

A maioria dos Cafuzos não costuma planejar o seu trabalho para médio e longo prazos, tampouco apresentam a perspectiva de incrementar substancialmente seus ganhos econômicos. Tendo historicamente exercido uma economia em grande parte extrativista, apoiada em migrações e permeada por inseguranças a respeito da posse da terra, não haviam até então desenvolvido habilidades de empreendedores – nem mecanismos institucionais – visando a acumulação e planejamento para o futuro. Assim, é muito significativa a diferença no grau de importância que o grupo e os assessores atribuem ao planejamento do futuro. Se, para os Cafuzos, estar na própria terra já é fonte de grande satisfação e correspondeu à realização do seu sonho, para os assessores, por outro lado, a perspectiva de desagregação da Comunidade, vinculada à não realização do projeto coletivo, é por demais angustiante. A organização coletiva no trabalho da erva-mate é encarada, pelos últimos, como a única forma de gerar renda compatível com os desejos de consumo dos Cafuzos, liberá-los da necessidade de trabalhar para os brancos e de evitar que os jovens e mesmo

famílias inteiras abandonem a área.

Verifiquei, no entanto, que, para os Cafuzos, a aceitação da organização do trabalho coletivo, mesmo depois das complicações que a envolveram, é mantida porque existe uma concordância e uma expectativa (recheadas de tensões) a respeito dos resultados econômicos previstos, mas também porque é encarada, em parte, como uma forma de retribuir a dedicação dos assessores e de mantê-los ligados à Comunidade. A maioria dos Cafuzos demonstra a preocupação em corresponder a esta expectativa: “Coitados (dos assessores), fazem tanto por nós e quando chegam aqui nós temos que ter alguma coisa (trabalho) pra apresentar pra eles”, ou “as irmãs que fazem tanto pela gente e ficam tão tristes”.

Quanto à utopia que move o trabalho da assessoria, é difícil exigir que tal dedicação não seja nutrida por uma paixão. No entanto, há que se questionar o quanto as utopias tornam difícil enxergar outros projetos e outras formas de organização social. Verifico um certo etnocentrismo no julgamento dos objetivos da produção dos Cafuzos e uma pequena flexibilidade para conciliarem tradição e inovação. Diante do andamento do “projeto”, os assessores foram levados a se questionar a respeito do seu próprio trabalho. Pairam muitas dúvidas e angústias no ar. Há ainda muitas coisas incompreendidas, mas uma conclusão a que chegaram foi a de que eles, assessores, deveriam ter mais paciência com a Comunidade, pois “eles têm um outro jeito, um outro ritmo, vivem de acordo com um outro tempo”.

Alguns dos assessores admitem que a sua dificuldade para compreender as diferenças advém do seu compartilhamento do *ethos* dos descendentes de europeus. Outros assessores não fazem este tipo de correlação, contudo, diminuíram suas expectativas em relação ao “projeto” e decidiram apenas agir quando forem solicitados, deixando as iniciativas a cargo da Comunidade. Apesar destas avaliações pessoais, algumas instituições, às quais estes assessores se encontram ligados, continuam a cobrar resultados concretos e rápidos no sentido da organização, progresso e independência financeira da Comunidade. No caso específico do INCRA, o funcionário disse que está argumentando com sua superintendência que se trata de uma comunidade “especial”, que necessitará de mais tempo para se emancipar. “Especial” expressa a defasagem na relação destes com a cultura de competitividade no mercado. Com isto tenta postergar o desligamento da Comunidade Cafuzo do INCRA, o que implicaria no fim do acesso ao programa de crédito especial (PROCERA).

Muito interessante é a conclusão de Rocha e Apel, em seu estudo sobre um assentamento rural, de que a insistência da assessoria em trabalhar com vistas à concretização de um ideal de transformação da sociedade como um todo, em direção a um tipo de sociedade socialista, vem causando uma “desqualificação do presente”, uma vez que neste presente se configura uma situação de “muita resistência a formas coletivas de produção e apropriação dos resultados.” Situação semelhante verifiquei na Comunidade Cafuzo, onde a sensação de desânimo e descontentamento em relação ao presente vinha sendo frequentemente expressada. Também a saída de algumas famílias da área foi justificada pela descrença de que o trabalho comuni-

tário viesse a dar certo.

Por outro lado, os Cafuzos têm um motivo bastante forte para enfrentar este desafio de reestruturar a vida em comum em novos termos, de forma a viabilizar a produção e comercialização da erva-mate, uma vez que estar em uma terra própria vêm significando uma melhora muito significativa nas condições de vida das famílias Cafuzas na sua própria avaliação. Suas casas são melhores, seus filhos vão à escola, suas roças são respeitadas, não sofrem discriminação por estarem em terra alheia e, muito importante, poderão deixar a terra de herança aos filhos. Manterem-se naquela terra depende da possibilidade de gerar uma renda de modo a manter consigo pelo menos uma boa parte de seus filhos, que sentem-se atraídos pelo “canto da sereia” do trabalho melhor remunerado que encontram nas cidades.

Diante disto, sabendo que as condições geográficas e objetivas de vida não permitem mais a reprodução deste mesmo *habitus* camponês Cafuzo e, por outro lado, das dificuldades para a adoção de práticas e valores coletivos, tal como entendidos pelo projeto de organização que assumiram para si, presumi, à época da conclusão de minha dissertação, que há grandes chances de que desenvolvam um modelo híbrido. Ou seja, mantenham as roças e a produção da erva-mate obedecendo as relações tradicionais dos troncos familiares e passem a realizar coletivamente as etapas da produção que dependem do equipamento coletivo: sua posterior secagem e comercialização, no caso da erva-mate.

CONSIDERAÇÕES

O modo de vida tradicional da Comunidade Cafuza evidencia o fato de que as condições de produção e reprodução da vida material direcionam as formas das sociedades e dos modos de pensamento. Esta compreensão, no entanto, não leva a inferir que o modo de vida dos segmentos marginalizados pela sociedade capitalista, tal como é o modo de vida deste tipo de campesinato aqui tratado, precise ser radical e urgentemente alterado para que se faça justiça àquelas pessoas. Primeiramente porque, ao tratar de modo de vida, estamos lidando com sentimentos e crenças muito arraigados e caros, relacionados a formas tradicionais de organização social, os quais não podem ser alterados sem uma desestruturação muito grande do equilíbrio do grupo. Além disso, há que se discutir os critérios de sucesso e dignidade estabelecidos pela sociedade capitalista, que passam pelo consumo e pela competitividade.

Respondendo ao objetivo da pesquisa, identifiquei uma tensão entre dois projetos macro: o da produção coletiva, novo, e o da produção familiar, tradicional, sendo os valores culturais presentes na base de cada um deles o que os diferenciam. Neste contínuo, cada família e cada pessoa vive, a seu modo, a tensão entre os projetos. No entanto, parece que as opções que fazem se pautam por objetivos de vida a médio e longo prazos, mas também pelas condições concretas e imediatas de produ-

ção e reprodução da vida. Refiro-me à tensão entre os objetivos do projeto coletivo de produção de erva-mate e as relações de reciprocidade cotidianas que estabelecem uns com os outros, as quais são indispensáveis à manutenção das atividades produtivas e da própria vida, pelo menos neste momento. As decisões são tomadas considerando-se as possibilidades de manutenção das redes de reciprocidade. As decisões de ficar ou sair da área, de brigar ou não pelo seu ponto de vista, dependem da avaliação dos seus efeitos sobre sua inserção nesta rede. Ficou evidente que o parentesco é o grande e principal critério para a reciprocidade. Em primeiro lugar, para os Cafuzos, estão as relações entre pais e filhos homens, e, em segundo lugar, os irmãos homens entre si. Depois é que vem o compadrio. Inclusive os jovens, que demonstram mais inconformismo em relação à tradição, guiam suas ações pelas regras da rede de solidariedade.

Todas estas grandes transformações acontecendo no seio da Comunidade Cafuza resultam, em última instância, de uma conjuntura histórica ampla, de abrangência mundial. Poderíamos usar as palavras globalização, neoliberalismo ou simplesmente avanço do capitalismo para esboçar uma descrição desta conjuntura que força alterações em seu modo de vida tradicional à medida que crescentemente restringe o acesso das pessoas aos meios de produção. Como afirmou Ellen Woortmann, “a história é estruturante mas também desestruturante” (1995: 316). Diz ela também que desestruturação é produzida por uma “modalidade de história: aquela que vem de fora, produzida no plano da sociedade maior, ou envolvente, em que se localiza o campesinato, e à qual os camponeses tentam resistir” (idem: 324).

Mesmo as soluções buscadas para evitar a total exclusão social e a penúria, tal como é a organização coletiva do trabalho, parece estar exercendo um efeito desestruturador. Segundo E. Woortmann, “a desarmonia pode indicar um reordenamento, uma transformação visando a reprodução social; ou pode significar o começo da desagregação, quando uma nova partitura é imposta pela história, e seu conteúdo interiorizado pelos agentes” (idem: 324). Há sinais de desestruturação por causa do acirramento da tensão entre os valores societários e comunitários, mas não é possível prever até que ponto a organização coletiva do trabalho reordenará ou desagregará a Comunidade Cafuza.

Uma outra motivação para justificarem sua opção pelo projeto coletivo é a expectativa que existe por parte da maioria dos membros da Comunidade Cafuza de que o seu sucesso econômico (do qual um dos símbolos é o pagamento de impostos) resulte em sua maior valorização pelo conjunto dos habitantes do município. É evidente que a melhoria das condições materiais de vida é importantíssima para a promoção da auto-estima das pessoas em nossa sociedade e é provável que para os grupos negros esta correlação seja ainda mais enfatizada. Mas, será que o desempenho econômico, por si só, ajudará a superar estes “sentimentos de inferioridade em relação à sua cultura” a que se refere Munanga (1996:85), decorrentes da experiência da discriminação e de subordinação de cunho racista? Racismo este, cujo discurso salienta justamente uma suposta correlação entre cor de pele e desempenho econômico. Sob o ponto

de vista da sociedade abrangente, da população regional, será que isto garantirá o fim da hostilidade racista da qual os Cafuzos têm sido alvo?

Há duas evidências no sentido contrário: a primeira é a de que nossa sociedade globalizada, da qual tratou Octavio Ianni, encontra-se numa perseguição frenética da modernidade “que traz consigo idéias de crescimento, desenvolvimento, progresso ou evolução” (1995:88); a segunda, seguindo o raciocínio de Fredrickson (1993), é que a sociedade moderna tem seus valores e sua estrutura de poder fundamentados no *achievement* (conquista, sucesso, acumulação de riquezas). A partir destas duas constatações, concluo que o *achievement* e o conseqüente *status* étnico da Comunidade Cafuza será sempre relativizado pela idéia de crescimento contínuo, ou seja, por mais que progridam economicamente haverá sempre a grande possibilidade de serem vistos como menos desenvolvidos do que outros grupos. Além disso, um aspecto extremamente importante é o choque entre os valores que pautam o crescimento contínuo e os valores que permeiam o modo de vida ainda hoje predominante na Comunidade Cafuza.

Acredito que as dificuldades da adaptação do campesinato tradicional à economia de mercado mereça mais atenção e reflexão, especialmente porque esta vem sendo imposta aos assentamentos de forma imperiosa através das diretrizes do INCRA e do MST, que são compartilhadas por várias outras entidades, tanto governamentais quanto não governamentais, que atuam em assentamentos. Diretrizes que se pautam pela idéia de desenvolvimento, incremento da produtividade e competitividade, vistos como indispensáveis para a permanência das pessoas na terra.

De forma alguma me oponho à produção coletiva, tampouco às atividades de assessoria. Muito pelo contrário, assim como os próprios Cafuzos, reconheço a sua importância no contexto social atual e, especificamente, no caso da Comunidade Cafuza. Meu objetivo é alertar para o fato de que os projetos de produção coletiva, de modo geral, desconsideram a relação entre o significado que as pessoas dão às formas de organização do trabalho e a motivação para o mesmo. Corre-se o risco de ficar sem nenhuma das formas de organização pois, como disse Schmitz (1995), a velocidade com que novas formas se impõem podem colocar em risco a existência daquela forma social – Comunidade Cafuza –, causando uma desestruturação irreversível.

No momento atual, os Cafuzos conseguiram retomar os grupos de trabalho na erva-mate que congregam ambos os troncos familiares, o que já não ocorria há dois anos; estão quase finalizando a construção do secador de erva; cada tronco fez uma roça de feijão e planejam uma roça de milho coletiva; além disto, a participação das famílias nas assembléias passou a ser mais expressiva do que vinha sendo nos últimos cinco anos. Tudo isto mostra o vigor das negociações entre os dois projetos e mostra também que a coletivização da produção é um processo de transformações que requer tempo de amadurecimento e uma atenção máxima à qualidade da participação de cada pessoa para que se evite um sofrimento excessivo dos participantes; mostra também que é um processo dialético e, como tal, prenhe de tensões e conflitos.

NOTAS

- 1 Comunidade Cafuza e Cafuzo serão aqui sempre escritos com inicial maiúscula por se referirem a um grupo étnico que assim se denomina, diferenciando-os de cafuzo enquanto categoria de miscigenação racial. O número de Cafuzos assentados gira em torno de 180, e a origem do grupo remonta ao final do século passado com o casamento de um homem negro e uma mulher índia. Encontra-se atualmente assentada no município de José Boiteux, na região do Médio Vale do Rio Itajaí-Açu, Santa Catarina, e dista 260 km de Florianópolis. Sua população atual é de 6.000 habitantes (censo de 1990), sendo que pelo menos 90% trabalham na agricultura.
- 2 Produto escolhido por sua adequação ao clima e à altitude, além da relativa familiaridade dos Cafuzos com esta planta.
- 3 Denomino assessores todas as pessoas e entidades, externas à Comunidade que se envolvem com ela - no sentido de prestar alguma assistência - e que participam da sua organização.
- 4 Remeto à caracterização do campesinato que apresentei na dissertação de mestrado, a qual mostra que esta tensão tem sido inerente ao campesinato desde o seu surgimento, que se dá como grupo subordinado às classes dominantes da sociedade de mercado.
- 5 O grupo reconhece sua origem no casamento de um negro e uma índia no final do século passado, no entanto, passou a existir enquanto grupo após a Guerra do Contestado (1912-16), quando uma família extensa e alguns agregados permaneceram unidos através de períodos alternados de migração e fixação, chegando ao momento atual. A denominação Cafuzo surgiu somente por volta de 1956.
- 6 Entre os Cafuzos houve um tipo de liderança identificável ao tipo *puro* de dominação patriarcal e gerontocrático, um dos tipos primários da dominação tradicional definidos por Max Weber. Trata-se da dominação pela pessoa mais velha que é determinada por regras fixas de sucessão, tendo como característica o fato de que “esta dominação, apesar de constituir um direito pessoal e tradicional do senhor, exerce-se *materialmente* como direito preeminente dos associados e, por isso, no *interesse* destes, não havendo, portanto, apropriação livre desse direito por parte do senhor” (1991:151).
- 7 Este grupo de famílias Cafuzas morou no interior da Área Indígena Duque de Caxias, no mesmo município, durante aproximadamente 45 anos, desde aproximadamente 1945. Como não gozavam de direitos legais sobre a terra estavam lá subordinados aos chefes do posto indígena (homens brancos, funcionários do SPI (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) e depois da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).
- 8 Esta denominação para os líderes foi incorporada pelos Cafuzos por influência da administração do posto indígena e da convivência com os índios e mantida mesmo após seu assentamento na terra própria.
- 9 Não se trata de um lote demarcado com titulação individual, mas o pedaço de terra que lhe coube na divisão interna da área coletiva.

- 10 A quantidade de erva obtida não depende apenas no número de árvores, mas também da eficiência em mantê-las “limpas” de mato, o que permite que as árvores se desenvolvam mais frondosas.
- 11 Tomei como base depoimentos, observações e documento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), 1996.
- 12 Klaas Woortmann (1990) e Terezinha D’Aquino (1996).
- 13 Rocha e Apel, apud Poker, 1994:92 .

BIBLIOGRAFIA

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 1996. *Texto Base da 11ª Romaria da Terra – SC*. Florianópolis: CPT.
- D’AQUINO, Teresinha. 1996. “A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das Terras de Promissão – SP”. Comunicação apresentada na XX ANPOCS, GT 11 – História Oral e Memória, Caxambu (MG).
- D’INCAO, Maria Conceição. 1991. “A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária”. In: *Lua Nova*, São Paulo, Marco Zero, n. 23.
- FREDRICKSON, George M. 1993. “Une histoire comparée du racisme: réflexions générales”. In: WIEVIORKA, Michel (org.). *Racisme et Modernité*. Paris: La Découverte.
- IANNI, Otávio. 1995. *Teorias da Globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- MARTINS, Pedro. 1995. *Anjos de Cara Suja- Etnografia da Comunidade Cafuza*. Petrópolis: Vozes.
- MIRANDA, Orlando de (org). 1995. *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp.
- MOURA, Margarida Maria. 1991. “Liberdade e Igualdade: Reflexões sobre Campesinato Sertanejo e Política”. In: *Cadernos do CERU*, n. 3 - Série II, São Paulo.
- MUNANGA, K. 1996. “O anti-racismo no Brasil”. In: MUNANGA, K. (org.). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Edusp/ Estação Ciência.
- POKER, José Geraldo Alberto B. 1994. *A Prática da Vida e os Desencontros da “Libertação”*. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH-USP.
- POLANYI, Karl. 1980. *A Grande Transformação – As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- REIS, Elisa. 1995. “Desigualdade e Solidariedade: Uma releitura do “familismo amoral” de Banfield”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n. 29, out.
- SÁ, Laís Mourão de. 1984. “Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil.” In: *Cadernos do ISEER*, no. 16. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SCHMITT, Alessandra. 1998. *Uma irmandade em redefinição: conflito entre modo de vida camponês e organização coletiva do trabalho. Um estudo sobre os Cafuzos de José Boiteux, SC*. Dissertação de Mestrado: PPGAS-USP, São Paulo.

- SCHMITZ, Keneth. 1995. "Comunidade, A Unidade Ilusória". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp.
- WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. Vol.1. Brasília: UnB.
- WHITAKER, Dulce C. A. et al. *A Transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?* Comunicação no Encontro do CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), São Paulo, 1997. (Inédito).
- WOORTMANN, Ellen. 1983. "O Sítio Camponês". In: *Anuário Antropológico*. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições UFC/Tempo Brasileiro.
- WOORTMANN, Ellen. 1988. "Keim e Parentesco: reflexões sobre uma categoria cultural de colonos teuto-brasileiros". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, vol.5 n.1, p.21-35, jan-jun.
- WOORTMANN, Ellen. 1995. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Brasília: Hucitec/Ed.UnB.
- WOORTMANN, Klaas. 1990. "Com Parente não se neguceia". O Campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico 87*, Brasília: Ed. UnB.

Abstract: This article is about the planning and execution of the collective production of *erva-mate* by the Cafuzo Community, settled by the government seven years ago in the city of José Boiteux, state of Santa Catarina. This analysis focuses on the conflicts and tensions aroused by this collectivization of work. The theory used for interpretation was the one about the tension between two ideal society types: communitary and societal. I show the tension between the Cafuzo tradition, which are peasant, and the new organizational guidelines, as well as the tension between this group and the involving society. There are emphasized specific aspects of their collective organization, such as the assemblies, financial administration and the Cafuzos' relationship with each other and with their counselors. These aspects supported observation and comprehension of how the Cafuzos deal with the conflict between different values and organizational forms.

Uniterms: Peasant; collective production; counseling; racism.

Aceito para publicação em 10 de agosto de 1999.